

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Aos onze dias do mês de setembro de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a vigésima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade do município, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião dezoito (18) conselheiros sendo oito (8) do poder público e dez (10) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Dalva Deodato Taveira, Sônia Regina Barbosa Quirino, Márcia Helena Vieira Pimenta, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, José Fernando Siqueira da Silva, Leonel Aylon Cantano, Elisa Francisconi, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da paixão, Selma Cristina Antoniette Badoco, Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes**: Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Águeda Coelho Marques Soares, Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes, Juliana Bertazzi Passoni. **Com a seguinte pauta**: **Assuntos**: **Comissão de Audiência Pública**: Apresentação da proposta da Audiência Pública do CMAS; **Definição de data de reunião extraordinária do CMAS** - para discussão de deliberação de inscrição de entidade. **Informes**: **Plano Municipal de Assistência Social - 2014 /2017**– devolutiva dos participantes (José Fernando, Clóves e Rosângela) e prazo para contribuições dos conselheiros - **até 26/09**; **IV Seminário de Alcoólicos Anônimos para Profissionais de Franca e Região** – dia 18 de setembro – 8h às 12h – Teatro Judas Iscariotes; **Lei 13.019 de 31 de julho de 2014** – “Novo Marco regulatório - Lei do Terceiro Setor”; **Audiência Pública da Secretaria de Saúde**- dia 30 de Setembro – 15 h – Auditório da Câmara Municipal; **Cartilha IBDD** – sobre Direitos da Pessoa com Deficiência; **Informe COMUTI - Semana Municipal da Pessoa Idosa** – 22 de Setembro à 01 de Outubro – programação será encaminhada posteriormente; **Informe CMPCD – Dia Nacional da Pessoa Com Deficiência** – Dia 21 de Setembro - o CMPCD está elaborando uma cartilha sobre o tema; **Secretaria Nacional de Assistência Social – MDS** – Telegramas referentes a finalização de prazos de implantação de dois serviços. O Presidente Márcio iniciou a reunião apresentando a justificativa de ausência da conselheira Cida. Após, o mesmo expôs a pauta do dia, que foi aprovada sem acréscimos. Em seguida, a 2ª Secretária Elisa realizou a leitura da ata da reunião do dia 28 de agosto, aprovada sem alterações. Na sequência, Márcio apresentou o primeiro assunto sobre a Apresentação de Proposta da 2ª Audiência Pública do CMAS para este ano de 2014. A Secretária Executiva, Maria Amélia exibiu alguns slides com informações acerca do conceito de Audiência Pública; da responsabilidade do Conselho em promovê-la, conforme previsto na Resolução CNAS 14/2014; bem como a proposta de metodologia e a programação desta. Informou que a Audiência contará com 06 apresentações e cada entidade terá 10 minutos para expor o Serviço de Assistência Social que desenvolve; o público atendido; a meta de atendimento; o

39 número de vagas e como o trabalho é desenvolvido. Após cada apresentação, será dada a
40 palavra aos participantes da audiência, para perguntas, esclarecimentos e sugestões. Ao final
41 da exposição da proposta, a conselheira Dalva manifestou-se sobre o curto tempo para a
42 apresentação das entidades e sugeriu que o número fosse reduzido para que se possa
43 conhecer melhor cada instituição. Ressaltou que o Conselho tem como responsabilidade
44 realizar no mínimo uma Audiência por ano, porém propôs a realização de audiências
45 semestrais com a divisão da apresentação dos serviços. A conselheira Márcia, integrante da
46 Comissão de Organização da Audiência Pública, disse que esse formato de metodologia da
47 Audiência foi bastante discutido pelos membros da comissão, no sentido de tentar garantir
48 que todas as entidades pudessem participar, porém chegou-se a conclusão de que isso seria
49 inviável e que não seria possível fugir do formato da Audiência do ano passado. A vice-
50 presidente Tina manifestou preocupação e apontou as dificuldades em realizar mais de um
51 evento deste por ano. Márcio complementou que no ano que vem não será possível fazer
52 duas Audiências, considerando que é ano de Conferência. A conselheira Jane sugeriu que as
53 entidades elaborem painéis para ficarem expostos na Câmara Municipal num período anterior
54 a Audiência, como forma de divulgação do próprio trabalho. Propôs ainda a elaboração de um
55 material, folder ou cartilha, que contenha a relação de todos os serviços da assistência social,
56 com breves definições de acordo com a Tipificação Nacional e a relação de toda a rede
57 socioassistencial, para ser distribuído no dia do evento aos participantes. Fez alguns
58 apontamentos com relação ao público que se quer atingir, salientando a importância de
59 participação de toda a comunidade e não somente do público usuário da assistência social.
60 Márcio disse que não só a comissão, mas o colegiado como um todo, deverá contribuir nessa
61 articulação junto a população. Tina salientou que a finalidade da Audiência Pública é
62 estabelecer um canal de comunicação com os participantes garantindo um espaço para
63 diálogos. O conselheiro José Fernando disse que dois pontos importantes devem ser levados
64 em consideração na realização da Audiência Pública: a ampla divulgação e a garantia do
65 debate. Falou ainda da importância da participação de alguns setores específicos, citando os
66 vereadores e outras autoridades. A conselheira Jane comentou que participou de um
67 encontro em São Paulo no qual foi discutido o comportamento da Assistência Social, que
68 ainda se encontra endógena e completou que a Audiência Pública deve propiciar a divulgação
69 dos serviços para quem não conhece ainda, mas apontou que esta é uma realidade ainda
70 distante. A conselheira Águeda compartilhou com o colegiado sobre um evento que participou
71 na cidade de Araraquara no qual foram distribuídas revistas que continham informações do
72 serviço da assistência social daquele município e considerou bastante pertinentes e
73 esclarecedoras. O conselheiro Clóves destacou a importância da participação dos usuários na
74 Audiência do conselho, uma vez que além de avaliar o trabalho desenvolvido pelas entidades,
75 eles poderão ser instrumentos de comunicação para as pessoas que não conhecem os
76 serviços da assistência social. Apontou ainda que é favorável a realização de mais de uma

77 Audiência ao ano. Márcio enfatizou a importância de todas as discussões e ressaltou que esta
78 é apenas a 2ª Audiência realizada pelo Conselho que tende a avançar muito na medida em
79 que vai adquirindo experiência. Após esclarecimentos e discussões o colegiado aprovou o
80 formato da 2ª Audiência Pública, com o compromisso de tentar inserir as ideias elencadas
81 pelos conselheiros. Ficou decidida também a realização da reunião preparatória com as
82 entidades para a apresentação da proposta, para o dia 24 de setembro, a ser realizada na
83 Secretaria de Ação Social, no período da manhã. Dando seguimento passou-se ao próximo
84 assunto da pauta, sobre a data de reunião extraordinária para deliberação de inscrição da
85 entidade PROREAVI. Márcio informou que a comissão de inscrição já realizou a visita e a
86 análise da documentação. Sugeriu que a reunião extraordinária seja realizada após a reunião
87 ordinária do CMAS, no próximo dia 25 de setembro, sendo esta sugestão aprovada pelos
88 conselheiros. O presidente Márcio prosseguiu a reunião apresentando o primeiro informe
89 sobre o Plano Municipal de Assistência Social - 2014 /2017. O conselheiro José Fernando
90 informou que, ele e os conselheiros Clóves e Rosângela representaram o Conselho na
91 reunião do dia 01 de setembro para discussão do primeiro esboço do Plano Municipal. Fez
92 suas considerações ressaltando a importância de apontar as necessidades, dificuldades e
93 possibilidades e não somente reconhecer e apresentar o que já existe. Disse que a comissão
94 tem a atribuição de encaminhar as sugestões até o dia 26 de setembro e convidou todo o
95 colegiado para fazer a leitura do documento, e também apresentar as considerações e
96 correções encaminhando para o email da Secretaria Executiva até o próximo dia 21 de
97 setembro. O mesmo se dispôs a juntar todas as propostas e encaminhá-las. A conselheira
98 Tina, disse que fez uma leitura inicial do documento e entendeu que se trata da apresentação
99 e do início da construção desse Plano Municipal e observou que na caracterização do público
100 da assistência não está identificada a pessoa com deficiência. A conselheira Dalva esclareceu
101 que esta é apenas a primeira parte, ou seja, a introdução do Plano, enfatizando a
102 necessidade da contribuição de todos nas correções, ajustes e outras observações. Jane
103 ressaltou que essa primeira parte deve dar subsídios para a segunda etapa do Plano. O
104 conselheiro José Fernando observou que os dados são apresentados no sentido de municiar
105 a discussão do Plano, porém faltou análise e articulação entre os dados do município e a
106 conexão deles com a Política de Assistência Social. A conselheira Rosângela sugeriu que se
107 faça uma análise comparativa com o Plano anterior. Tina questionou se o Plano Municipal de
108 Assistência Social irá constar as ações da assistência social, daquilo que está previsto na
109 política ou todas as ações da Secretaria. A conselheira Dalva esclareceu que é feita uma
110 informação geral não só dos serviços desenvolvidos pela Secretaria, mas de todas as
111 políticas setoriais, considerando a importância da articulação intersetorial. Porém, o foco está
112 relacionado às competências da Política de Assistência Social. Passando ao segundo informe
113 da pauta, foi apresentado o convite do IV Seminário de Alcoólicos Anônimos para
114 Profissionais de Franca e Região. O presidente Márcio informou que o evento será realizado

115 no dia 18 de setembro das 08h00 às 12h00 no Teatro Judas Iscariotes. Ressaltou que o
116 convite foi encaminhado por email, junto com o formulário de inscrição. O informe seguinte
117 referiu-se à Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 – “Lei do Terceiro Setor”, encaminhada aos
118 conselheiros. Márcio informou que a Lei prevê que toda parceria e todo convênio do Poder
119 Público com entidades não governamentais seja feito através do termo de colaboração ou do
120 termo de fomento através de chamamento público. Salientou que a Lei ainda está sendo
121 objeto de análise, embora já tenham orientação do Tribunal de Contas do Estado de que a Lei
122 deve entrar em vigor a partir de 2015. Disse que o Órgão Gestor já solicitou orientações do
123 Departamento Jurídico da Prefeitura, referente a essa Lei. Ressaltou que a Lei refere-se a
124 todos os repasses financeiros do Poder Público para organizações não governamentais e
125 para todas as políticas públicas. Tina comentou que durante sua participação do Congresso
126 das APAES, em Araraquara, conversou sobre a referida Lei com uma representante do
127 Ministério de Desenvolvimento Social. Esta informou que foram propostos vários vetos pelo
128 MDS, que não foram acatados, e que algumas questões ainda precisam ser debatidas,
129 portanto, aquele Ministério deverá publicar um decreto para regulamentar essa Lei na
130 assistência social. Márcio salientou que o espírito de fundo da Lei é a moralidade e
131 transparência no que se refere aos recursos públicos, mas que alguns ajustes são
132 necessários. Tina falou que a Federação das APAES pretende realizar um evento, em
133 parceria com o Tribunal de Contas para discussão e esclarecimentos de dúvidas sobre a Lei.
134 Dalva informou que a Prefeitura de Franca, por meio da Secretaria de Finanças, também está
135 planejando organizar um encontro com a participação dos conselhos e de toda a rede
136 socioassistencial para esse mesmo fim. Na sequência, Márcio apresentou o convite da
137 Audiência Pública da Secretaria de Saúde, que acontecerá no dia 30 de Setembro às 15h, no
138 Auditório da Câmara Municipal. O informe seguinte referiu-se a Cartilha IBDD – sobre Direitos
139 da Pessoa com Deficiência, no qual foi informado que está disponível um exemplar impresso
140 no acervo do CMPCD, e os interessados podem retirá-la na Secretaria Executiva daquele
141 Conselho. Como próximo informe foi divulgado a Semana Municipal da Pessoa Idosa
142 organizada pelo COMUTI. A Secretária Executiva deste Conselho, Mariangela informou que
143 entre os dias 22 de setembro à 01 de outubro acontecerão diversas atividades voltadas para
144 os idosos e toda programação desta semana será encaminhada posteriormente aos
145 conselheiros. Ainda com a palavra, Mariangela apresentou o informe seguinte sobre o Dia
146 Nacional da Pessoa Com Deficiência, 21 de Setembro, na qual está sendo elaborado um
147 informativo sobre o tema, que será encaminhado aos conselheiros. Como último informe da
148 reunião o Presidente Márcio informou que o Conselho recebeu dois telegramas do MDS para
149 ciência do colegiado. Os telegramas referem-se à solicitação de esclarecimentos do Órgão
150 Gestor quanto à implantação dos serviços referentes ao CREAS/PAEFI e o Serviço de
151 Acolhimento em Residência Inclusiva, que estão com os prazos de implantação já vencidos.
152 Representando o Órgão Gestor, a conselheira Dalva discorreu sobre o atraso na implantação

153 do CREAS/PAEFI justificando que a Prefeitura está no limite da Lei de Responsabilidade
154 Fiscal, impossibilitando a contratação de pessoal para execução do referido serviço.
155 Ressaltou que o espaço do 2º CREAS já está pronto, porém não há como ser implantado sem
156 esta equipe de referência, apontando que está sendo realizado um estudo para que seja
157 implantado no ano de 2015. Após, o conselheiro Clóves informou que a instituição Espírita
158 Judas Iscariotes foi a vencedora da Licitação para a execução do Serviço de Acolhimento em
159 Residência Inclusiva. Disse que o resultado da Licitação ocorreu em maio deste ano, porém
160 o contrato foi assinado apenas em agosto. Salientou também que não estava encontrando
161 uma residência adequada para a execução do serviço, e por esse motivo decidiu realizar a
162 construção desta, com recursos da própria instituição. Disse que a previsão de implantação é
163 até o dia 01 de outubro. Dalva informou que o órgão Gestor irá encaminhar ofícios ao MDS
164 com essas justificativas e solicitação de prorrogação da implantação desses dois serviços.
165 Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata foi lavrada pela Secretaria
166 Executiva do CMAS.